

• **Constituinte**

ANC 88
Pasta 26 a 30
Junho/88
038

ADUBOS T

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Ulysses quer tentar uma fusão única de todos os temas pendentes

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, espera que o primeiro turno de votação da Assembleia termine na próxima quinta-feira à tarde, antes que ele assuma interinamente a Presidência da República, com a viagem do presidente José Sarney à China. Para terminar a votação das Disposições Transitórias, Ulysses disse ontem acreditar na possibilidade de ser feita uma fusão única, com o acordo de todos os partidos, a respeito dos temas que ainda não foram votados.

Ontem, os líderes partidários reuniram-se durante todo o dia para fechar acordos em torno dos temas polêmicos, que, segundo o líder interino do PMDB, deputado Nelson Jobim, são oito. Não houve sessão da Constituinte por falta de quórum. A noite, depois de várias horas de reunião, os líderes chegaram a um acordo em relação à Previdência Social.

O PRAZO DA PREVIDÊNCIA

Ficou estabelecido pelo acordo que a previdência social terá seis meses para elaborar o plano de pagamento dos aposentados que não recebem o equivalente ao que teriam direito se estivessem em atividade. Após este prazo, a previdência terá um ano para pagar os aposentados. O acordo já prevê que tudo isso será acompanhado pelo Congresso Nacional, para evitar trâmites de projetos-de-leis que passem pelo Congresso e depois tenham

Contra a generalização

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Fernando Bezerra, manifestou-se contrário à anistia aos micro

Um subsídio para a correção

O presidente do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba, Guilherme Rabay, manifestou-se ontem, segundo a Radiobrás, contrário à anistia plena dos débitos dos pequenos e microempresários do País.

O presidente do CIEP-PB defendeu a tese de que seja subsidiada a correção monetária dos microempresários em 70%, enquanto os pequenos empresários seriam subsidiados em 60%. Em ambos os casos, o juro seria mantido,

de receber sanção presidencial.

OS TEMAS POLEMICOS

O maior impasse para o fim dos trabalhos do primeiro turno é a emenda que anistia os pequenos empresários e produtores rurais das dívidas contraiadas durante o Plano Cruzado. Assim que esta questão for votada, os líderes acreditam que será fácil fazer acordos e não haverá maiores polêmicas.

Entre os temas para os quais ainda se vão buscar acordos a partir da manhã de hoje está a criação do estado do Tocantins, a divisão de Minas Gerais e a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados. Hoje será encaminhada à mesa da Constituinte a proposta da criação de uma Comissão para cuidar da redivisão do território brasileiro. A comissão deverá ser formada por membros do Executivo e Legislativo federais e terá prazo de dois anos para trabalhar.

A transferência de encargos da União para estados e municípios, as estabelecidas para os funcionários públicos, a legalização dos cassinos e do jogo de bicho são outras questões ainda não votadas pelas Disposições Transitórias.

Segundo o deputado Ulysses, "não haverá recasso entre o primeiro e o segundo turno, apenas um interregno para que o relator termine todo o texto já votado e para que sejam apresentadas emendas e destaques, que também deverão ter o parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM)".

pequenos empresários que contrairam empréstimos à época do Plano Cruzado. Segundo a Radiobrás, ele disse que a anistia que está sendo pretendida na Assembleia Nacional Constituinte "é um gesto de quem não conhece a situação do País".

Bezerra defende o estudo de cada caso individualmente, e é contra a ideia de se generalizar "porque no meio disso vão os honestos e desonestos".

Sobre a política do governo, o presidente da FIERN acha que "estamos no caminho certo, porque todas as outras fórmulas econômicas tentadas para sairmos das dificuldades fracassaram". Bezerra considera a nova política industrial do País necessária, mas defende algumas correções para estimular a indústria da região Nordeste e a desconcentração industrial.

Líder do PMDB analisará pontos de conflito da anistia dos débitos

por Ascânio Seleme de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), recebeu ontem todas as propostas de anistia da correção monetária sobre os empréstimos concedidos aos pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado. Até a manhã de hoje, o líder do PMDB vai apresentar aos autores das propostas os pontos divergentes que a matéria encerra.

"Quanto mais rapidamente identificarmos os dissensos, mais brevemente ainda encontraremos os consensos", explicou Jobim. Os pontos divergentes que o deputado gaúcho vai encontrar já são conhecidos. Falta acordo basicamente sobre três pontos: o período de abrangência do benefício, quem será beneficiado (micros, pequenos e médios), e o prazo para pagamento após a promulgação da Constituição.

O governo, através do líder na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), já informou que não aceita a inclusão dos médios produtores rurais na emenda final. Os autores da emenda, senador Mansueto de Labor e deputados Ziza Valadares e Humberto Souto, por sua vez, não admitem excluir esse segmento da emenda que pretendem votar.

Uma proposta paralela ganha corpo e, até agora, é a que tem maiores chances de ser acolhida pela maioria dos líderes na Constituinte. Trata-se da proposta do deputado José Lins (PFL-CE), que subdivide a fusão original em três emendas. A primeira concederia a anistia da corre-

SEGUNDO TURNO

Amato teme o direito de greve

por David Friedlander de São Paulo

Os empresários da indústria estão particularmente preocupados com a ratificação, no segundo turno da Assembleia Constituinte, do direito irrestrito à greve. "Esse item é muito mais grave do que se imagina", disse ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, após reunião com outros líderes do empresariado nacional, para definição da estratégia que pretendem adotar na tentativa de alteração dos 24 pontos



Carlos Sant'Anna

ção monetária aos microempresários e pequenos produtores rurais. Essa emenda específica seria votada separadamente pela Constituinte.

Numa segunda etapa, logo após a primeira votação, seria apreciada pelo plenário a anistia da correção aos pequenos empresários urbanos e aos médios produtores rurais. A proposta já ganhou a aprovação dos autores da emenda original, "desde que a essência da matéria não seja mutilada", como frisou Labor.

Os líderes do PT e do PCB também apoiam a ideia, mas ninguém conseguiu obter o aval de Sant'Anna. "Nossa intenção é aprovar uma matéria que cause o menor ônus possível ao Tesouro Nacional. Preferimos retirar de uma vez os médios produtores rurais", disse o líder. Sant'Anna argumenta que a inclusão dos médios proprietários rurais aumenta a conta do Tesouro em CZ\$ 365 bilhões.

que consideram prejudiciais na nova Constituição. "O direito irrestrito à greve é perigoso também para os próprios políticos", disse Amato. "Corremos o risco de instaurar uma 'república sindicalista', com greves por qualquer coisa, que tiraria o poder até dos partidos e dos políticos."

INFORMAÇÃO

Amato disse que a atuação dos empresários junto aos constituintes será feita democraticamente, através de um trabalho de informação dos parlamentares, "sem dispêndio financeiro". Dos 24 pontos, o presidente da FIESP consi-

BB negocia dívidas

por Eduardo Sganzerla de Curitiba

O presidente do Banco do Brasil (BB), Mário Jorge Gusmão Berard, informou ontem à tarde, em Curitiba, que a instituição tem contratos assinados com cerca de 2 milhões de produtores rurais e pequenos e microempresários, com os quais já vem negociando, caso a caso, as dívidas contraiadas durante o período do Plano Cruzado. "O BB vem negociando há 180 anos. A nossa experiência nesse campo, portanto, é secular. Por isso, não vejo necessidade dessa anistia que é reivindicada", declarou.

Berard esclareceu que o BB está ciente da situação, por exemplo, dos produtores que

foram bem ou malsucedidos em seus negócios, em 1986. Assim, está levando em consideração esse aspecto na renegociação das dívidas. Segundo ele, um produtor de soja que teve bons lucros será tratado, certamente, de forma diferente, na negociação, do que outro que teve prejuízos. Este receberá "tratamento especial".

O presidente disse que as dívidas dos produtores rurais e pequenos e microempresários equivalem a 2,3 vezes o patrimônio do BB. Por isso, ele entende que "é necessário prevalecer o bom senso. Não temos condições de beneficiar 2 milhões de pessoas, em detrimento de 135 milhões. Isso será uma grande injustiça com a população", disse.

A última reunião para se discutir essa matéria está marcada para hoje de manhã. Uma terceira proposta apresentada pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) também entrará na pauta. Trata-se de a Constituinte conceder uma rolagem da dívida dos pequenos tomadores de cruzados que estão inadimplentes junto às instituições financeiras.

A proposta cancela ape-

nas a correção monetária do período do Plano Cruzado. Toda a dívida seria suspensa até 1º de janeiro de 1989, quando os tomadores passariam a pagar parcelas mensais com correção monetária e juros de 3% ao ano. O benefício seria aplicado somente sobre empréstimos de no máximo 5 mil OTN e deveriam ser totalmente liquidados em três anos a partir do início do próximo ano.

Executivo não intervirá

A anistia para micro e pequenos empresários será definida exclusivamente pela Constituinte até amanhã e não terá a intervenção do Poder Executivo. Segundo a Agência Globo, essa foi a posição manifestada ontem pelo presidente José Sarney aos líderes

reunidos no Palácio da Alvorada. Os líderes na Câmara e no Senado — Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), José Lourenço (PFL-BA), Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Saldanha Derzi (PMDB-MT) — analisaram ontem pela manhã três propostas de acordo.

dera especialmente preocupante a limitação em seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e o prazo prescricional da ação trabalhista.

Realizada ontem pela manhã na FIESP, a reunião contou também com a participação de Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo; Romeu Trussardi Filho, presidente da Associação Comercial de São Paulo; Benedito Dario Ferraz, presidente da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Sul-centro-oeste do Bra-

sil; Paulo Queiroz, presidente do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Fernando Vergueiro, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira.